



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7480 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT05 - Estado e Política Educacional

O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA – PIBID:
PRELÚDIOS DE SEU OCASO

Danielly Daiany da Silva - UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

Agência e/ou Instituição Financiadora: Capes

O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA – PIBID: PRELÚDIOS DE SEU OCASO

Palavras-chave: Política Educacional, Avaliação Educacional, Educação Básica, Formação de Professor e Pibid.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte constitutiva dos estudos de mestrado, em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas, vinculado à Linha 1: Currículo, Avaliação e Docência do Grupo LOED: Laboratório de Observação e Estudos Descritivos.

Tendo como cenário a política de formação de professores para a Educação Básica, buscamos voltar nossa atenção para o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – Pibid -, nascido em 2007 e tendo em seu desenho conceitual a intenção de aproximar a Educação Básica da rede pública de ensino da Educação Superior, com o intuito de qualificar a formação docente ao propiciar ao licenciando, aproximação supervisionada do ambiente escolar.

Em 2015, as primeiras investidas governamentais de dar fim ao Pibid, justificadas pela redução de investimentos na Educação, surgiram. A essa tentativa se juntaram, em 2016, a famigerada Emenda Constitucional Nº 95, alcunhada de *PEC do Fim do Mundo* por uns e *PEC da Maldade* por outros, que limitou por 20 anos, a partir da data de sua aprovação, os investimentos nas áreas de educação e saúde[1], e, por fim, a chegada do “Programa Nacional de Residência Pedagógica”, anunciada pelo, à época, Ministro da Educação e Cultura, Mendonça Filho[2].

Os indícios de seu definimento, amadureceram em nós a intenção de desenvolver este estudo acerca do seu ocaso.

Valendo-nos de metodologia investigativa centrada em procedimentos orientados para o estudo documental e bibliográfico, buscamos centrar nossas análises nos editais do Pibid publicados entre os anos de 2007 a 2020. Em paralelo, decretos, resoluções, audiências públicas, organizadas pelo Congresso Nacional, reportagens e matérias jornalísticas publicadas sob a forma impressa e digital, ao lado de textos acadêmicos que tinham a ele, Pibid, objeto de pesquisa, foram alvos de nosso crivo.

Com o Materialismo Histórico e Dialético nos servindo de método investigativo[3], fomos à busca da análise dos motivos pelos quais o declínio do Pibid começa a ganhar forma no período de execução do golpe parlamentar, jurídico e mediático, que culminou no impeachment de Dilma Rousseff, dele derivando mudanças estruturais na política nacional e, em seu bojo, na política educacional em curso desde então.

O ocaso do Pibid faz morada em três hipóteses:

- Em sua configuração de programa pontual para resolver a problemática da escassez de professores para a educação básica, em descompasso da luta por uma Base Nacional Comum de valorização e profissionalização dos educadores;
- Na política neoliberal de desvalorização docente, naturalizada na figura do *notório saber* e no pacote de reformas educacionais;
- Na intenção configurada na Base Nacional de Formação Docente e na Base Nacional Comum Curricular para a Educação Básica, conferindo, mediante a chegada do Programa de Residência Pedagógica, os meios de articulação da formação do professor à formação do aluno.

Levando em conta que o Pibid foi gerado nutrindo intenções já postas anteriormente em outros programas pontuais - distante da construção de uma política de Estado de valorização e profissionalização dos educadores em nosso país -, sua chegada à realidade de alguns licenciandos, ao longo de vários anos, não foi suficiente para o alavancar da posição de política de governo para política de Estado, embora esse objetivo tenha sido defendido por professores da Educação Básica e Superior, estudantes e alguns parlamentares nas ocasiões em que o fim do Pibid é alardeado.

Tal defesa está retratada em pesquisa realizada em 2014, tendo à frente especialistas em formação de professores GATTI, ANDRÉ, GIMENES, FERRAGUT, denominada “*Estudo avaliativo do programa institucional de bolsas de iniciação à docência (pibid)*”. Respondido por 38.000 mil dos 45.000 mil bolsistas existentes à época, o conjunto de respostas deu elementos às autoras para concluir que

O Pibid é valorizado em todos os níveis Os depoimentos são muito positivos, em sua imensa maioria; os detalhes oferecidos para justificar essa positividade são inúmeros e se expressam nas contribuições descritas [...] Sem dúvida, pelos dados até aqui analisados, esse é um programa de grande efetividade no que se refere à formação inicial de professores. (GATTI, ANDRÉ, GIMENES, FERRAGUT, 2014, p. 103).

Por sua vez, PIMENTA e LIMA (2019, P.7), nos alertam para o fato de que, embora perdurando por mais de uma década e ganhando o apreço de seus executores, dados divulgados pela Capes constataram que apenas 5,38% dos estudantes matriculados em cursos de licenciatura no País foram contemplados pelo Programa.

DESENVOLVIMENTO

Para responder às hipóteses levantadas, estamos organizando a pesquisa em cinco partes - introdução e mais quatro capítulos.

Na introdução, apresentamos nossa aproximação ao tema ao lado dos referenciais teóricos/metodológicos estruturantes da pesquisa.

No capítulo 1- *As Políticas de Formação de Professores: Da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional até o advento do Pibid em 2007* -, apresentaremos o cenário da formação de professores à luz da LBDEN/96, de forma a apontar os elementos que sedimentaram a chegada do Pibid.

Para o capítulo 2 - *O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – Pibid* -, elegemos dois momentos para apresentá-lo. Primeiro, pelo intitulado “Desenho conceitual: O Pibid nos editais, decretos e portarias normativas”, guiado pela pergunta: O que nos diz os editais publicados entre os anos de 2007 e 2020? No segundo momento, denominado “Prelúdios de seu ocaso”, centramos nossa atenção na explicitação do descompasso das ações do governo no campo educacional, com o preconizado no discurso de posse de Dilma Rousseff, trazendo à tona evidências das intenções impeditivas do exercício do segundo mandato por parte da presidenta. É aqui que explicitamos o trato dado a ele, Pibid, nas audiências públicas realizadas pelo Congresso Nacional. Golpe em curso, retrocessos em marcha.

No capítulo 3 - *A política atual de formação de professores* - apresentamos a política de formação de professores orientada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de professores para a Educação Básica[4], aprovada em 2019 pelo Conselho Nacional de Educação – CNE -, alinhada à Base Nacional Curricular Comum para a Educação Básica[5].

No capítulo 4 - *Considerações finais provisórias* -, tratamos de recuperar as conclusões de cada capítulo da dissertação, em esforço de síntese final marcada pela provisoriedade do conhecimento, enfatizando os determinantes do ocaso do Pibid.

RESULTADOS PRELIMINARES DA PESQUISA

Até o momento, os resultados obtidos apontam que o ocaso do Pibid ganhou força mediante a política encabeçada pelo governo de questionada legitimidade de Michel Temer (2016-2018). Melo e Souza (2017) reforçam que após o impedimento de 31 de agosto de 2016,

[...] imediatamente as consequências contra a educação pública brasileira já começaram a se sentir: com a destituição de equipes e a iminente extinção de secretarias no Ministério da Educação, bem como a realocação ou extinção de recursos de ações pontuais; a recusa no recebimento para audiências dos setores historicamente posicionados em defesa da educação pública; destituição e esvaziamento do Conselho Nacional da Educação e, praticamente, a destruição do Fórum Nacional da Educação – que, dentre suas competências legais, está a coordenação da Conferência Nacional da Educação de 2018, bem como de suas etapas estaduais e municipais, além de outros espaços colegiados democráticos em toda a nação. Uma profusão de mudanças nos marcos legais das políticas educacionais e de seu orçamento está se constituindo, no sentido de tornar irreversível a curto e longo prazo o avanço da privatização da educação pública no Brasil. (MELO SOUSA, p. 27, 2017).

É nesse sentido que Zan e Krawczyk (2018) enfatizam que o tema da formação de professores é central diante de uma política de construção e consolidação de um pensamento conservador, como o que estamos vivendo, mediante aprovação de medidas que versam sobre o caráter pragmático da formação docente e sua atuação na rede de educação básica.

CONCLUSÃO EM PROCESSO

Considerando o objetivo de analisar a história do ocaso do Pibid, a apreciação dos editais publicados até o ano de 2013, perspectivado a ter suas atividades iniciadas a partir de 2014, nos fez perceber a intenção, então presente na Capes, de ampliar o número de bolsas disponíveis e, conseqüentemente, o da participação de mais IES.

Entretanto, essa intenção só poderia ser concretizada mediante um cenário político e econômico que não aquele configurado a partir de 2015, no qual, o que se configura é o início de seu ocaso.

A chegada, em 2018, do Programa de Residência Pedagógica integrado à Política Nacional de Formação de Professores, com o intuito de “reformular o modelo do estágio supervisionado dos cursos de licenciaturas nas IES”, trouxe, segundo a ANPED, a intenção de “promover a adequação dos currículos e propostas pedagógicas dos cursos de formação inicial de professores da Educação Básica às orientações da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, ferindo a autonomia universitária ao induzir projetos de formação que destoam das concepções de formação docente presentes nos seus próprios projetos pedagógicos.

No pacote de reformas educacionais de interesse privatista, base do governo de Temer, mantido e intensificado no governo Bolsonaro, a Resolução CP/CNE nº 02/2015, orientadora das Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Inicial e Continuada de Professores, em andamento no interior de algumas instituições, é descartada, dando espaço para a aprovação, em dezembro de 2019, da Resolução CP/CNE nº 02/2019, construída de forma a excluir do debate, profissionais da educação vinculados a entidades representativas da área educacional.

Com política educacional de natureza mercantilista/privatista articulada ao discurso cívico/moralista do atual governo, o Pibid, através do edital nº02/2020, chega nas escolas cívico-militares.

Estabelecer sínteses provisórias dos pontos sinalizados nesta “conclusão em processo”, é o que nos cabe desenvolver no tempo restante de nosso estudo de mestrado.

REFERENCIAS

ANPED. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO. Entidades se posicionam contrárias à padronização e controle impostos pelo Programa de Residência Pedagógica! **Não à BNCC!** Rio de Janeiro, 2018. Disponível em <http://www.anped.org.br/news/entidades-se-posicionam-contrarias-padronizacao-e-controle-impostos-pelo-programa-de-residencia>. Acesso em 2018.

BRASIL. MEC/CAPES/FNDE Edital n. 01/2007- **para instituições federais de ensino superior (IFES)**. Brasília, DF: 2007.

BRAISL. MEC/CAPES/DEB Edital nº 06/2018 – **Programa de Residência Pedagógica**. Brasília, DF: 2018.

BRASIL. Resolução CNE/CP n. 02/2015, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 jul. 2015, p. 2-16.

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 02/2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum

para a formação Inicial de Professores da Educação Básica – BNC – Formação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, de 20/12/19.

BRASIL. CAPES – COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DO PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Diretoria de formação de professores da educação básica. **Relatório de Gestão PIBID 2009- 2013**. Brasília, DF: 2013. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/imagens/stories/download/bolsas/2562014-relatorio-DEB-2013-web.pdf>.

BRASIL. MEC/DEB. Edital n. 2/220 - **para instituições de ensino superior (IES)**. Brasília, DF, 2020.

FRIGOTTO, GAUDÊNCIO. **O enfoque materialista histórico na pesquisa educacional**. In: FAZENDA, Ivanir (Org). Metodologia da Pesquisa Educacional. São Paulo: Cortez, 1987.

GATTI, A.B; ANDRÉ, M.E.D; GIMENES, N. A. S.; FERRAGUT, L. **Um estudo avaliativo do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid)**. Fundação Carlos Chagas, 2014. São Paulo, SP.

PIMENTA, S.G; Lima, M. S. L. **Estágio supervisionado e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência: duas faces da mesma moeda?** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v.24, p. 1-19, 2019.

MELO, A. A. S; SOUSA, F. B. **A agenda do mercado e a educação no governo Temer** . Germinal: Marxismo e Educação em debate, Salvador/BA, v. 9, p. 25-36, 2017.

KRAWCZYKN, N.; LOMBARDI, J. C. (Orgs.). **O golpe de 2016 e a educação no Brasil**. In: KRAWCZYKN e ZAN. **A disputa cultural: o pensamento conservador no ensino médio brasileiro**. Navegando Publicações, Uberlândia:/MG, p. 113-122, 2018.

[1] A Emenda Constitucional Nº 95/2016 - do Teto dos Gastos Públicos - alterou a Constituição brasileira de 1988 para instituir o Novo Regime Fiscal. Trata-se de uma limitação ao crescimento das despesas do governo brasileiro durante 20 anos, alcançando os três poderes, além do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, aprovada em 13 de dezembro de 2016. Acesso em 2018.

[2] José Mendonça Filho foi Ministro da Educação durante o governo de Michel Temer (2016-2018).

[3] Não tivemos, na graduação, estudos voltados à metodologia da pesquisa. Quando muito, em algumas (poucas) ocasiões, fomos apresentados a uma e outra tradição filosófica, todavia de forma a não permitir diferenciá-las entre si, quanto mais estabelecer juízo de valor sobre elas. Com isso queremos deixar consignado que nossa experiência de vida, configurada a partir de nossa origem de classe social, nos levou, em um primeiro momento, a perceber na Teoria Social Marxista e no método dela originada, MHD, aquele que mais nos ajudou a apreender os determinantes sociopolíticos de nossa posição e situação de classe social. Daí nossos esforços de estudo, de dele nos aproximar e nos servir em nossa busca de apreensão do objeto Pibid enquanto dado da realidade educacional brasileira.

[4] O Conselho Nacional de Educação publicou a Resolução CP/CNE nº 2, em 20 de dezembro de 2019, que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e instituiu a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Disponível em <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>.

[5] Em 15 de dezembro de 2017, o Conselho Nacional de Educação aprovou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a educação infantil e ensino fundamental. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> e em 14 de dezembro de 2018 foi homologado o Parecer sobre a BNCC do Ensino Médio. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf